

IBGE estuda como expurgar INPC neste fim de semana

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Jessé Montello, disse ontem que neste fim de semana deverão ser concluídos os estudos sobre como expurgar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), pois o trabalho deve ser entregue ao Ministro do Planejamento, Delfim Netto, até terça-feira.

Segundo Montello, o IBGE só está analisando o expurgo dos aumentos do petróleo e do trigo. A dificuldade está em determinar qual o peso dos derivados de petróleo, porque seu custo está embutido em praticamente tudo que se consome no País.

IMPOSTOS

O Presidente do IBGE defendeu a tese de que, além de se expurgar — “prefiro a palavra corrigir” — do INPC os aumentos de preços de insumos importados (petróleo e trigo), deveriam ser também “corrigidos” os acréscimos ocasionados por impostos indiretos.

— É importante mudar a estrutura de preços relativos porque senão a inflação não baixa. Todos concordam que a causa principal do processo inflacionário é o déficit público, mas ele só irá diminuir se o Governo corrigir nos índices de preços os aumentos causados pela alta dos insumos importados, pela retirada dos subsídios e pelos impostos indiretos — afirmou Montello.

O Presidente do IBGE explicou que, embora o Decreto-Lei que regulamenta o INPC estipule que qualquer modificação em sua metodologia deverá ser anunciada com 30 dias de antecedência, o Governo poderá baixar um novo decreto modificando o primeiro e autorizando o expurgo do INPC ainda em junho.

— Tenho impressão de que depois deverá ser submetido à aprovação do Congresso — disse Montello.

Segundo ele, o Governo tem pressa em adotar o expurgo dos índices de preços para permitir uma reativação da economia, reduzindo consequentemente as taxas de desemprego, que voltaram a subir nos últimos três meses.

— Nós temos dados que demonstram que se o Produto Interno Bruto (PIB) cresce um por cento, a força de trabalho cresce 0,4 por cento. Por isso, temos que reativar a economia — afirmou Montello.

Ele lembrou que a força de trabalho brasileira tem crescido, em média quatro por cento ao ano, o que significa que é necessário a criação de 1,6 milhão de novos empregos a cada período de 12 meses.

— Isso sem contar que a força de trabalho feminina está crescendo o dobro da masculina. Portanto, é preciso abrir espaço para as mulheres — disse Montello.

De acordo com o IBGE, a força de trabalho masculina cresce a uma taxa média de 3,46 por cento ao ano, enquanto que a feminina chega a 6,92 por cento.

NOVA METODOLOGIA

Montello explicou que há dez dias o IBGE vem estudando a melhor forma de “corrigir” o INPC e que neste fim de semana a fórmula deverá ser concluída. O grande problema está em quantificar a influência do petróleo e seus derivados — “principalmente do diesel” — nos aumentos de preços. Para isso, está sendo analisada a adoção de matrizes insumo/produto para verificar o seu peso em cada item que compõe a cesta básica do INPC.

— Também poderemos optar pela construção de modelos — informou Montello.

O Presidente do IBGE disse que, em princípio, o expurgo será feito de

uma só vez — “e apenas este mês” —, mas se o número encontrado for alto, o Governo poderá optar por distribui-lo em dois meses.

— Não se pretende que haja um impacto muito forte sobre o INPC — afirmou Montello.

Ele lembrou que em Israel, onde existe também correção monetária, os índices de preços são expurgados, representando 80 por cento da taxa real.

— Mas aqui o índice de correção deverá ficar entre 95 e 99 por cento — disse o Presidente do IBGE.

A fórmula que poderá ser adotada é a seguinte: o IBGE levanta que o INPC real foi de, suponhamos, oito por cento. Os levantamentos concluem que o percentual de correção (em função dos aumentos do trigo e do petróleo) deve ser de 95. Portanto, multiplica-se o INPC real por 95 e divide-se por cem. O índice corrigido, portanto, será de 7,6 por cento.

Para o INPC anual, que serve para corrigir os aluguéis residenciais, Montello informou que deverá ser adotado o critério de corrigir o índice final e não apenas incluir o INPC de junho corrigido na tabela dos últimos 11 meses.

Se essa idéia for adotada, ela representará um ganho imediato para os inquilinos, pois o INPC será menor. Por exemplo: suponhamos que o acumulado de julho de 82 até maio de 83 (11 meses) esteja em 110 por cento e o INPC real em Junho: é de oito por cento. Portanto, o acumulado anual real será de 126,8 por cento. Depois de expurgado pelo índice de 95 por cento, cairá para 120,46 por cento.

Montello disse que pretende publicar mensalmente não apenas o INPC corrigido, mas também a taxa real e o índice de correção.

— Pretendemos divulgar os três números — afirmou o Presidente do IBGE.